

Relatório e Contas

Exercício 2024



Santander Pensões

SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

[Handwritten signature] *[Handwritten initials]*

Índice


RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
ÓRGÃOS SOCIAIS EM FUNÇÕES	5
ESTRUTURA ACIONISTA	6
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO.....	7
PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE.....	17
ALTERAÇÕES REGULAMENTARES	20
CONTINUIDADE DA ATIVIDADE	21
OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS.....	21
PERSPETIVAS PARA 2025	21
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	22
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA FINAL.....	22

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Relatório de Gestão

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024



Santander Pensões

SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

M/6
[Handwritten signature]
h

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

No ano de 2024, a Sociedade continuou responsável pela gestão do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa. No ano anterior, em 26 de outubro, foi transferida a gestão do Fundo de Pensões BANIF para a Sociedade, após conclusão do processo com a entidade reguladora, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

A 31 de outubro de 2023, ocorreu a extinção do Fundo de Pensões Banif com a fusão no Fundo de Pensões Banco Santander Totta.

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo Benefício Definido Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo Contribuição Definida Secção B.

Os riscos financeiros foram sempre acautelados, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e o sustento da liquidez.

A gestão das carteiras está delegada na Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“SAM”), sendo partilhadas entre as sociedades as componentes de operações, riscos e compliance e financeira.

ÓRGÃOS SOCIAIS EM FUNÇÕES

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024	
Presidente	António Terra da Motta
Secretário	Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2022/2024	
Presidente	Nuno Miguel de Oliveira Henriques
Vogal	Luís Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)
Vogal	Diego Ruiz Reija (não executivo)
Vogal Independente	Maria Tavares Leal (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato 2022/2024	
Presidente	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt
Vogal	Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento
Vogal	Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024	
	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues



ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social da Sociedade encontra-se representado por 200 000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., entidade constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5.º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de 7 912 789 286 euros.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do atual acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos da operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

ECONOMIA INTERNACIONAL

O primeiro semestre iniciou com o renovado otimismo num cenário de *soft landing*, o que fez com que os ativos de risco mantivessem a dinâmica positiva de novembro e dezembro do ano anterior. A economia dos EUA cresceu +3,3% anualizado no quarto trimestre, enquanto a taxa de desemprego se manteve em 3,7%. O índice de sentimento do consumidor atingiu um máximo de dois anos e meio, fazendo eco de sondagens anteriores. Apesar do crescimento lento, a Zona Euro conseguiu evitar recessão técnica em 2023, com o PIB a manter-se estável.

Esta dinâmica ajudou as ações globais, com o S&P 500 (+1,7%) e o STOXX 600 (+1,5%) a alcançarem o terceiro ganho mensal consecutivo, apesar de as ações de bancos regionais nos EUA terem caído após os resultados negativos de bancos de dimensão média terem arrastado o Índice Bancário Regional KBW (-6,8%). As ações chinesas não partilharam os ganhos devido às preocupações com as perspetivas económicas no país, nomeadamente com a contração do setor imobiliário, tendo o CSI 300 caído -6,3%.

Com os ataques dos rebeldes Houthi a navios comerciais no Mar Vermelho a causarem graves perturbações na cadeia de abastecimento, a geopolítica voltou a estar no foco dos investidores. Por sua vez, os EUA e o Reino Unido lançaram ataques aéreos contra os rebeldes Houthi, causando a subida dos preços de petróleo (Brent + 6,1%). As taxas de frete aumentaram significativamente, com o Índice Mundial de Contentores da Drewry a atingir os \$3.964 por contentor. Os custos quase triplicaram desde o final de outubro, depois de mínimos pós-pandemia.

As obrigações soberanas também sofreram com a mensagem, por parte dos bancos centrais, de que cortes de taxas de juro no primeiro trimestre seriam prematuras, cortes esses que estavam totalmente descontados pelos mercados. Nesse sentido a probabilidade de cortes do BCE em março caiu de 65% para 23%. No final do mês de janeiro, os títulos do Tesouro dos EUA tinham caído -0,2%, enquanto as obrigações soberanas do euro tinham caído -0,6%.

O mês de fevereiro ficou caracterizado pela continuação da forte performance dos ativos de risco, com vários índices de ações a atingirem máximos históricos. Nos Estados Unidos o S&P 500 ultrapassou a marca dos 5.000 pela primeira vez e, no Japão, o Nikkei ultrapassou o seu anterior recorde de 1989.

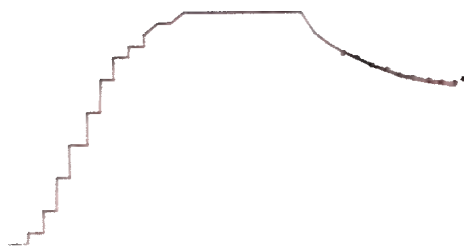
Expectativas da taxa Depo com base nos forwards €STRN



Em termos macro, os dados globais continuavam a ser robustos na sua maioria e a esperança de um *soft landing* aumentava. Os EUA mostraram um aumento de 353 mil postos de trabalho, juntamente com revisões positivas para os dois meses anteriores.

No que diz respeito à inflação, registaram-se novas surpresas em alta, o IPC dos EUA para janeiro registou a evolução mensal de +0,4%, o que elevou a taxa anualizada dos últimos 3 meses para +4,0%. Isto suscitou receios de que o caminho ao objetivo de 2% não seria fácil e levantou questões sobre se a economia enfrentaria uma "não aterragem".

 Futuros de taxas dos FED Funds (limite inferior)



Com a inflação acima do objetivo e o crescimento a manter-se forte, os investidores adiaram mais uma vez o calendário de futuros cortes nas taxas. Como resultado, as yields das obrigações soberanas subiram e as obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos (-1,4%) registaram o seu pior desempenho mensal desde setembro.

Da mesma forma, na Zona Euro, os investidores reduziram as expectativas de cortes até dezembro de 1,6% para 0,91%, tendo as obrigações soberanas europeias a 10 anos caído -1,2%.

Março marcou o fim de um trimestre altamente surpreendente no que toca aos dados económicos globais, e consequentemente positivo para os mercados acionistas, aumentando as esperanças dos investidores no *soft landing*. A economia dos EUA cresceu 3,4% no quarto trimestre, com os postos de trabalho a aumentarem 229 mil em janeiro e 275 mil em fevereiro. Na Zona Euro, o crescimento no primeiro trimestre manteve-se estável, contrariamente às estimativas anteriores de uma queda de -0,1%. O PMI composto flash da Zona Euro atingiu um máximo de 9 meses de 49,9 em março, indicando um crescimento contínuo.

Este cenário teve um efeito positivo nos ativos de risco, com o S&P500 (+10,6%) e o STOXX 600 (+7,8%) a atingirem recordes no trimestre com subidas consecutivas desde janeiro. Esta performance também se alastrou a outros ativos de risco, com os spreads de High Yield a estreitarem, o petróleo a subir e as criptomoedas a atingirem valores perto dos máximos históricos. Contudo, este desempenho esteve praticamente todo concentrado nas 7 magníficas e o restante índice subiu apenas 7,9% no trimestre.

Por outro lado, a performance dos ativos chamados seguros, acabou por sofrer neste contexto, com as obrigações de governos a caírem (US Treasuries -1%; Euro Sovereigns -0,7%; e UK Gilts -1.8%) devido às surpresas na inflação norte

americana nos primeiros meses. Com a continua resiliência da economia Norte Americana, e a indicação da FED do adiamento de cortes de taxa, os mercados ajustaram as suas expectativas de Yield.

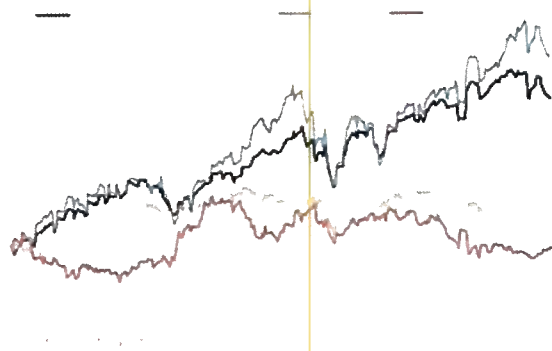
No entanto, após a primeira subida de taxa do Banco do Japão de há décadas, o Banco central Suíço trilhou o caminho de cortes de taxa, baixando a taxa de referência em 0,25% para 1,50%.

Abril foi palco de correções em todos os ativos após uma série de números económicos inesperados. Pela primeira vez desde outubro de 2022, o ISM voltou a estar na zona de expansão e o indicador de preços pagos atingiu o seu ponto mais alto desde julho de 2022. Nos EUA março, os empregos aumentaram em +303k para o mês. Mais importante ainda, a inflação core dos EUA aumentaria 0,4% em março pelo terceiro mês consecutivo. Como resultado, tornou-se mais difícil explicar que os melhores números de janeiro e fevereiro haviam sido exceção e, em reação, as yields das obrigações de governo dos EUA a 10 anos tiveram o maior aumento diário desde setembro de 2022. Estes desenvolvimentos levaram o Presidente da Fed, Jerome Powell, a comentar que os dados não deram maior confiança no rumo da inflação e que provavelmente iria demorar mais tempo a atingir o objetivo dos 2%.

Por conseguinte, houve uma mudança discernível por parte dos investidores a favor de um ciclo de flexibilização de taxas mais gradual também que se contagiou ao BCE. Os *Bunds* (-1,8%), os *OATs* (-1,5%) e os *BTPs* (-1,1%) registaram descidas mensais, mas a um ritmo mais lento do que as *US Treasuries* (-2,4%). De facto, os *swaps* de índices *overnight* estavam a cotar com uma probabilidade de 87% de uma descida das taxas até ao final do mês, refletindo as expectativas persistentes nos mercados de que o BCE irá baixar as taxas na sua próxima reunião, em junho.

Neste contexto, as ações registaram perdas e o S&P 500 (-4,1%). Apesar de uma recuperação no fim do mês, esta

Volatilidade das ações desde janeiro 2024



continuou a ser bastante estreita, e os 7 magníficos (-2,3%) voltaram a bater o S&P 500. Em contrapartida, o índice Russell 2000 de pequena capitalização (-7,0%) registou o seu pior desempenho mensal desde setembro de 2022. O índice MSCI EM registou um retorno total de +0,4% em abril, enquanto o STOXX 600 (-0,8%) na Europa registou uma inversão após cinco semanas consecutivas de avanços.

Ao longo de abril, os mercados também se debateram com a escalada das tensões geopolíticas, especialmente no Médio Oriente causando o VIX a atingir os valores mais altos deste ano. No entanto, os preços do petróleo desceram

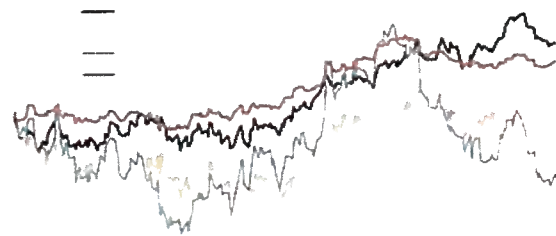
novamente no final do mês, à medida que as tensões diminuíram e foi evitada uma nova escalada Brent (+0,4%, \$87,86/b).

O mês de maio teve um bom começo, depois da FED descansar os mercados quanto à ice bo, o crescimento mais lento do emprego ajudou a aliviar as preocupações de que a economia estava a sobreaquecida.

Em meados do mês, os dados de inflação dos EUA de abril revelaram um IPC core de +0,29%, a taxa mais fraca deste ano.

Este contexto conduziu as ações a novos máximos históricos para S&P500 (+5,0%) e o STOXX 600 (+3,5%). Os títulos do Tesouro dos EUA recuperaram, com yield a 10 anos a fechar em 4,34% em 15 de maio, contra 4,68% em abril. Os preços do petróleo caíram em maio devido a um clima geopolítico mais calmo em comparação com abril, apoiando ainda mais esta tendência.

Evolução das obrigações desde janeiro 2024



No entanto, a partir de meados do mês, a resiliência económica e uma inflação superior à prevista reforçou a narrativa sobre as taxas de juro "mais altas por mais tempo", levando os mercados a prever uma sequência muito mais gradual de descidas das taxas.

Na Europa, o PMI provisório da Zona Euro para maio atingiu um máximo de 12 meses, enquanto o BCE informou que os salários negociados aumentaram de +4,5% para +4,7% em termos anuais. Em maio, o IPC core aumentou para 2,9%. No final do mês, os investidores esperavam apenas 55bps de redução das taxas do BCE em dezembro, contra 66bps em abril. Ao longo de maio, a yield alemã a 10 anos aumentou 8 pontos base para 2,66%, com a venda de obrigações do Estado em toda a zona euro.

	2024	2025e
PIB EUA	2,70%	2,40%
Inflação EUA	3,00%	2,20%
PIB Zona Euro	0,70%	1,10%
Inflação Zona Euro	2,40%	2,20%
PIB Portugal	1,60%	1,80%
PIB Espanha	3,10%	2,50%
PIB China	4,50%	4,40%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

A nível mundial, as obrigações do Tesouro estiveram sob pressão. Nos EUA, o Conference Board informou que a confiança dos consumidores melhorou em maio, enquanto as actas da Fed declararam que vários participantes expressaram a sua vontade de aumentar a restritividade da política económica se surgirem riscos inflacionistas. Os oradores da Fed foram mais restritivos no seu discurso, com o Governador Waller a afirmar que necessitava de mais dados antes de se sentir confortável em alterar o rumo da política monetária. Da mesma forma, o Vice-

Presidente da Fed afirmou que deveriam ficar parados até a política monetária exercer os seus efeitos na economia. O mês de junho viu o Banco Central Europeu (BCE) anunciar a sua primeira redução de taxas desde a pandemia, baixando a sua taxa de depósito em 25 pontos base para 3,75%. Quatro dos bancos centrais do G10 já baixaram as taxas de juro este ano, depois de o Banco do Canadá ter anunciado a sua primeira descida de taxas do ciclo. Embora a Reserva Federal dos EUA não o ter feito no segundo trimestre, o relatório de inflação de maio, revelou a inflação mais baixa desde agosto de 2021. Este facto serviu para reforçar as previsões de que a Reserva Federal continuaria a reduzir as taxas de juro e, na reunião de junho do FOMC, o ponto mediano continuou a indicar uma descida das taxas até ao final do ano. No entanto, as obrigações soberanas continuaram a registar dificuldades ao longo de todo o segundo trimestre, não conseguindo ganhar qualquer tração fazendo com que as obrigações norte americanas a 10 anos aumentassem 20 pontos base na sua Yield (4,40%) durante o trimestre.

Com a realização das eleições para o Parlamento Europeu no início de junho, os desenvolvimentos políticos voltaram a estar no centro das atenções. O Presidente francês Macron declarou a realização de eleições legislativas antecipadas, com a primeira volta marcada para 30 de junho. Na semana seguinte ao anúncio das eleições, o spread franco-alemão a 10 anos aumentou 29 pontos base, em resultado da significativa venda de ativos franceses. Com exceção da crise da dívida soberana em 2011, este foi o maior aumento semanal do spread. Além disso, este foi o pior resultado semanal para o CAC 40 desde março de 2022. No geral, o segundo trimestre marcou o pior desempenho trimestral do CAC 40 nos últimos dois anos (-6,6%), enquanto o spread franco-alemão a 10 anos aumentou +29bps para 80bps. O diferencial franco-alemão a 10 anos não registava um aumento tão grande numa base trimestral desde o quarto trimestre de 2011, durante o auge da crise soberana do euro.

A diferença persistente entre as ações das empresas com Mega capitalização e as restantes foi outra tendência recorrente durante o trimestre. No segundo trimestre, por exemplo, as 7 magníficas ganharam mais 16,9%, contribuindo para o terceiro ganho trimestral consecutivo de 4,3% do S&P 500. No entanto, houve fraqueza noutros

sectores, com o Russell 2000 de pequena capitalização a cair -3,3% e o S&P 500 de igual ponderação a cair -2,6%. Após um ganho muito robusto de +21,6% no primeiro trimestre, o STOXX 600 na Europa subiu apenas 1,6% e o Nikkei no Japão desceu 1,9%.

Julho começou com um forte *rally* nos mercados. O S&P 500 subiu em 10 das primeiras 11 sessões, atingindo um máximo histórico a 16 de julho. O rendimento *treasuries* a 10 anos caiu de 4,40% no final de junho para 4,16% a 16 de julho. Dados económicos fracos aumentaram as expectativas de cortes nas taxas pela Fed até setembro. O IPC dos EUA a 11 de julho mostrou o núcleo mais fraco desde janeiro de 2021, reduzindo a taxa anualizada de 3 meses do núcleo do IPC para +2,1%, a mais baixa desde março de 2021. Isto levou os investidores a preverem cortes nas taxas, com o montante de cortes previsto pela reunião de dezembro da Fed para 72,5 pontos base. No final do mês, os mercados de futuros previam 100% de probabilidade de um corte até setembro, e o presidente da Fed, Powell, sugeriu uma possível redução das taxas na próxima reunião.

Apesar do sentimento positivo geral do mercado, alguns relatórios de resultados levantaram dúvidas sobre o *rally* das ações de tecnologia. Os 7 magníficos atingiram um máximo histórico a 10 de julho, mas depois sofreram uma queda significativa, terminando o mês mais de 10% abaixo do seu pico, incluindo uma queda de -5,88% a 24 de julho. Por outro lado, as ações de pequena capitalização beneficiaram da perspectiva de cortes nas taxas, com o Russell 2000 a subir +10,2% em termos de retorno total. Isto marcou a maior superação do Russell 2000 sobre o NASDAQ desde fevereiro de 2001.

Os preços das commodities também caíram, apoiando a movimentação em direção aos cortes nas taxas. O petróleo Brent (-6,6%) teve o seu valor mínimo do ano neste período. Os metais industriais e os preços dos alimentos também caíram.

Os eventos políticos também desempenharam um papel nos mercados, com as eleições legislativas francesas a serem um foco importante. O spread de 10 anos entre a França e a Alemanha estreitou-se em -9,0 pontos base em julho, tranquilizando os mercados ao reduzir a probabilidade de grandes mudanças políticas.

Agosto começou com preocupações sobre uma recessão nos EUA. O relatório de emprego de 2 de agosto revelou um aumento de apenas 114 mil empregos em julho, abaixo dos 175 mil esperados, e a taxa de desemprego subiu para 4,3%. Este relatório veio após o Banco do Japão aumentar as taxas, fortalecendo o iene e enfraquecendo o dólar devido às expectativas de cortes pela Fed. Isso afetou o carry trade do iene.

Em 5 de agosto, os mercados japoneses caíram acentuadamente (TOPIX -12,2%), e a volatilidade global aumentou, com o índice VIX atingindo 65,73 pontos. O S&P 500 teve seu pior desempenho desde setembro de 2022, caindo 3,0%. No auge da turbulência, os futuros previam um corte de 0,50% na taxa de juros da Fed em setembro.

A calma voltou com notícias positivas sobre a economia dos EUA, incluindo pedidos de subsídio de desemprego mais baixos e vendas a retalho positivas em julho. Comentários do vice-governador do Banco do Japão também ajudaram a acalmar os mercados.

No final do mês, o Presidente da FED reforçou a expectativa de cortes nas taxas de juros em Jackson Hole. Dados do IPC dos EUA mostraram uma queda na inflação core para 3,2%, o nível mais baixo desde abril de 2021, sugerindo possíveis cortes de 50 pontos.

Isso levou a uma recuperação rápida: o S&P 500 fechou o mês em alta de 2,4%, o STOXX 600 da Europa subiu 1,6%, e o Nikkei do Japão caiu 1,1%. As obrigações soberanas também subiram, com os treasuries dos EUA aumentando 1,3% e os soberanos europeus 0,4%. O ouro subiu 2,3%, beneficiando do ambiente de taxas mais baixas.

Setembro marcou o fim de um verão turbulento, com o desmontar da carry trade e dados de emprego fracos nos EUA a causar volatilidade. No entanto, os mercados recuperaram rapidamente. Os bancos centrais adotaram uma postura mais *dovish*, com a FED a reduzir as taxas de referência em 50 pontos base na reunião de setembro, o primeiro corte desde março de 2020. Isto tranquilizou os investidores, que passaram a descontar um ciclo mais rápido de flexibilização, totalizando 120bps até 2024.

O Banco do Japão também acalmou os investidores, com o Vice-Governador Uchida a afirmar que não aumentaria a taxa de juro diretora em mercados instáveis. A recuperação dos dados económicos dos EUA também ajudou, com pedidos semanais de subsídio de desemprego a cair de 241 mil no início de agosto para 224,75 mil em 20 de setembro, o valor mais baixo desde maio. O relatório de agosto mostrou um aumento de 142 mil novos empregos e a taxa de desemprego a cair para 4,2%.

Os mercados desafiaram a tendência negativa de setembro dos últimos anos. O S&P 500 subiu 2,1%, o agregado de obrigações globais da Bloomberg aumentou 1,7%, e os títulos do Tesouro dos EUA subiram 1,2%, marcando o quinto avanço consecutivo. O Brent foi uma exceção, com uma queda de 8,9%, o pior desempenho mensal desde novembro de 2022.

Houve uma rotação notável nas ações tecnológicas, com serviços públicos (+19,4%), industriais (+11,6%) e financeiro (+10,7%) liderando os ganhos. O grupo dos 7 Magníficos subiu apenas 5,4% no trimestre, com o NASDAQ subindo 2,8%. Foi o primeiro trimestre desde 2022 em que o S&P 500 superou os 7 Magníficos.

O principal acontecimento de novembro foi a eleição de Donald Trump nos EUA e o domínio republicano na Câmara dos Representantes e Senado. As ações norte-americanas tiveram um desempenho excepcional, com o S&P 500 a atingir +5,9% de retorno total, o seu melhor desempenho mensal de 2024 até à data. O S&P 500 ponderado por igual teve ganhos ainda maiores de +6,4%. O forte desempenho dos ativos de risco dos EUA foi apoiado pela robustez dos dados económicos, com pedidos iniciais de subsídio de desemprego semanais a diminuir e a média móvel de quatro semanas a cair para 217 mil. O índice de serviços ISM para outubro foi 56,0 e o índice de confiança do consumidor para novembro aumentou para 111,7, o nível mais alto desde julho de 2023.

No entanto, ativos reagiram negativamente às declarações de Trump sobre tarifas de 25% sobre bens do México e Canadá, e uma tarifa adicional de 10% sobre a China. O Philadelphia Semiconductor Index caiu -0,4% em novembro, e o NASDAQ Golden Dragon China Index desceu -3,5%.

Em França, a situação política deteriorou-se, levando a especulações sobre a estabilidade do governo, com o CAC 40 a cair -1,5%. O spread entre obrigações franco-alemãs a 10 anos aumentou +7bps, atingindo 81bps. A geopolítica destacou-se com a Ucrânia a realizar o primeiro ataque com ATACMS dos EUA na Rússia, enquanto Putin aprovou uma alteração à doutrina nuclear. Esta situação aumentou as preocupações sobre uma escalada do conflito, e os futuros do gás natural europeu subiram +17,8%.

No Médio Oriente, um cessar-fogo entre Israel e Hezbollah exerceu pressão descendente sobre os preços do petróleo. A dúvida sobre a redução rápida das taxas pela Fed aumentou após a declaração de Powell de que a economia não indica urgência para reduzir as taxas. A inflação core atingiu um pico de 7 meses em outubro (+0,27% no mês), e a antecipação de uma política mais hawkish fortaleceu o dólar em novembro, com o índice do dólar a subir +1,7%.

Na Europa, os investidores estimaram que o BCE baixaria as taxas mais rapidamente, fazendo o euro cair -2,8% em relação ao dólar, terminando em \$1,058. Os investidores agora focam-se nas reuniões da FED e BCE e na possibilidade de fazer os seus números antes do fim do ano.

Em dezembro o habitual "impulso de natal" dos mercados foi mais escasso devido à orientação da FED para uma posição mais restritiva. Apesar do S&P 500 ter terminado o mês com uma queda de 1,2%, o Nasdaq registou um retorno de +1,64%.

A Reserva Federal (FED) reduziu a sua taxa de juro de referência em um quarto de ponto percentual, para uma faixa de 4,25%-4,50%, indicando uma abordagem mais cautelosa para futuros cortes de taxas. A nova previsão da FED sugere apenas mais dois cortes em 2025, em vez dos quatro anteriormente previstos, refletindo a resiliência da economia e a inflação persistente. A economia dos EUA expandiu-se a uma taxa anualizada de 3,1% no terceiro trimestre de 2024, superando tanto a segunda estimativa de 2,8% como a taxa de crescimento de 3% no segundo trimestre. A taxa de inflação anual subiu ligeiramente para 2,7% em novembro, com a inflação do índice de despesas de consumo pessoal (PCE) a subir para 2,4%.

Na Europa, o STOXX 600 fechou o ano com uma queda de 1,5% em dezembro. O Banco Central Europeu (BCE) reduziu os custos de empréstimo, diminuindo a sua taxa de depósito em um quarto de ponto percentual, para 3%. Este foi o quarto corte de taxa do BCE no ano, em ambiente de instabilidade política e com a ameaça de uma guerra comercial com os EUA. A inflação na zona euro em novembro foi de 2,2%, e o crescimento económico continuou fraco, com o BCE a rever a sua previsão de crescimento do PIB em 2025 para 1,1%.

No Reino Unido, o índice FTSE 100 caiu 2,2% em dezembro. A inflação no Reino Unido aumentou para 2,6% em termos anuais em novembro, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis e dos têxteis. O Banco de Inglaterra manteve a sua taxa de referência em 4,75%, com uma abordagem cautelosa para futuros cortes devido à incerteza económica. A economia britânica estagnou no terceiro trimestre de 2024, com o FTSE 100 a registar o seu quarto ano consecutivo de ganhos.

Em contraste, os mercados de ações chineses e japoneses terminaram o ano positivamente. O Banco do Japão manteve as taxas de juro inalteradas, com o índice de preços ao consumidor anual do Japão a subir para 2,7% em novembro. O PIB do Japão cresceu 0,3% no terceiro trimestre de 2024. O mercado de ações da China superou expectativas, impulsionado pelo apoio à política interna e uma mudança na política monetária. A China anunciou uma política monetária "apropriadamente permissiva" em 2025 para apoiar o crescimento económico, com a inflação anual a diminuir para 0,2% em novembro.

ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2024, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, com o Produto Interno Bruto (PIB) a aumentar 1,7%. Este crescimento foi impulsionado por uma recuperação gradual da atividade económica, após os

desafios enfrentados nos anos anteriores. Para 2025, espera-se um crescimento mais robusto de 2,2%, refletindo uma melhoria nas condições económicas globais e um aumento da confiança dos consumidores e investidores.

A inflação, que foi um dos principais desafios em 2023, registou uma redução significativa em 2024. A taxa de inflação caiu de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, graças a uma combinação de políticas monetárias eficazes e uma estabilização dos preços das matérias-primas. Para 2025, prevê-se que a inflação continue a diminuir, atingindo 2,1%, o que deverá contribuir para um ambiente económico mais estável e previsível.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se estável em 6,4% em 2024, refletindo uma recuperação contínua do emprego. O crescimento do emprego foi de 1,3% em 2024, com uma previsão de crescimento de 0,8% em 2025. Estes números indicam uma melhoria gradual nas condições do mercado de trabalho, embora ainda haja desafios a serem superados, especialmente em setores mais vulneráveis.

As finanças públicas também mostraram sinais positivos em 2024. O saldo orçamental foi de 0,6% do PIB, indicando uma gestão fiscal prudente e eficaz. No entanto, para 2025, prevê-se um ligeiro défice de -0,1% do PIB, refletindo a necessidade de continuar a apoiar a recuperação económica através de medidas fiscais. A dívida pública, que era de 97,9% do PIB em 2023, diminuiu para 91,2% em 2024, com uma previsão de redução para 86,5% em 2025. Esta trajetória descendente da dívida pública é um sinal positivo de sustentabilidade fiscal a longo prazo.

O consumo privado, um dos principais motores do crescimento económico, cresceu 3,0% em 2024. Este aumento foi impulsionado por um aumento do rendimento disponível real, que subiu 7,1% em 2024, refletindo melhorias nos salários e nas condições de emprego. Para 2025, espera-se que o consumo privado continue a crescer, embora a um ritmo ligeiramente mais lento de 2,7%. A taxa de poupança estabilizou-se ligeiramente acima de 11% em 2024, indicando uma maior capacidade das famílias para poupar.

O investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), teve um crescimento modesto de 0,5% em 2024. No entanto, para 2025, prevê-se um aumento significativo de 5,4%, impulsionado por um ambiente de negócios mais favorável e por políticas de incentivo ao investimento. Este aumento no investimento é crucial para sustentar o crescimento económico a longo prazo e para melhorar a competitividade da economia portuguesa.

No comércio externo, as exportações cresceram 3,9% em 2024, refletindo uma recuperação da procura externa e uma melhoria na competitividade das empresas portuguesas. Para 2025, prevê-se um crescimento das exportações de 3,2%. As importações, por outro lado, aumentaram 5,2% em 2024, impulsionadas pelo aumento do consumo e do investimento. Para 2025, espera-se um crescimento das importações de 4,7%, refletindo uma economia em expansão.

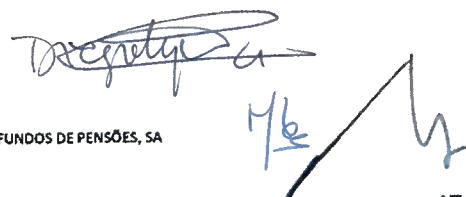
A política orçamental em 2024 foi expansionista, com um aumento da despesa pública e a implementação de novas medidas fiscais destinadas a apoiar a recuperação económica. Estas medidas incluíram investimentos em infraestruturas, apoio às empresas e programas sociais. Para 2025, prevê-se a continuação desta orientação expansionista, com um foco particular em medidas que promovam a sustentabilidade a longo prazo e a inclusão social.

Em resumo, 2024 foi um ano de recuperação e estabilização para a economia portuguesa, com sinais positivos em várias áreas. As previsões para 2025 são otimistas, com expectativas de crescimento económico mais robusto, inflação controlada e melhorias contínuas no mercado de trabalho e nas finanças públicas. No entanto, será crucial manter políticas eficazes e adaptáveis para enfrentar os desafios futuros e garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

Fontes: DeutscheBank Research: Early Morning Read Performance reviews: January-December. SAM internal data. LSEG Workstation; Boletim Económico do Banco de Portugal Dez 2024.

PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE

	(montantes em euros)	
	2024	2023
Balço		
Ativo	3 683 632	3 500 479
Capital Próprio	2 728 594	2 647 867
Demonstração dos resultados:		
Serviços prestados	2 131 560	2 065 946
Outros rendimentos e ganhos	(2 124 980)	(2 057 981)
Resultado operacional	6 580	(2 035)
Juros e rendimentos similares obtidos	88 715	63 386
Imposto sobre o rendimento do período	(44 170)	(31 749)
Resultado líquido do período	51 125	29 602
Ativos sob Gestão	1 178 698 895	1 155 580 944
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1,87%	1,11%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	1,39%	0,85%



O proveito com comissões aumentou cerca de 3% em 2024, por via do aumento do volume sob gestão. Contudo, verificou-se também um aumento de custos no mesmo período, nomeadamente em custos com pessoal, por acréscimo das remunerações variáveis; e da comissão de gestão de investimento paga à Santander Asset Management. Com o aumento dos juros recebidos por via dos depósitos, o resultado líquido do exercício aumentou comparativamente ao do período homólogo.

A restante atividade manteve-se estável. Quanto às rentabilidades, quer do Capital Próprio, quer do Ativo aumentaram em 2024.

O total de valor líquido gerido dos Fundos de Pensões aumentou aproximadamente 2% entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, essencialmente, em resultado do efeito positivo do mercado, apresentando-se o detalhe conforme se segue:

Ativos sob gestão de Fundos de Pensões	Valor patrimonial		Variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Fundos de pensões fechados:			
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	1 014 231 097	1 005 514 211	1%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Contribuição Definida Secção B (i)	25 917 532	24 117 131	7%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Benefício Definido Secção B (ii)	137 401 060	124 933 414	10%
Fundos de pensões abertos:			
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 149 206	1 016 188	13%
	1 178 698 895	1 155 580 944	2%

(i) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Planos II e III (Contribuição Definida)

(ii) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Plano I (Benefício Definido)

Em 2024, o mercado de Fundos de Pensões em Portugal registou uma manutenção de valor líquido sob gestão, totalizando cerca de 19 mil milhões de euros, similar a 2023.

Apesar do enquadramento de mercado ter sido marcado por uma alguma volatilidade, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade registaram rentabilidades positivas. Os fundos terminaram o ano com um volume sob gestão superior ao do ano anterior, tal como se compara no quadro acima, com um efeito positivo da valorização dos ativos, no valor de cerca de 71 milhões de euros.

A alocação global dos ativos do Fundo de Pensões Banco Santander Totta gerido mostra um grau de diversificação sólido. O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, a 31 de dezembro de 2024, tinha, na Secção A (ver referência em quadro acima), 67% dos seus ativos alocados em obrigações, 16% em ações, 12% em alternativos, 8% em imobiliário e 3% em liquidez.

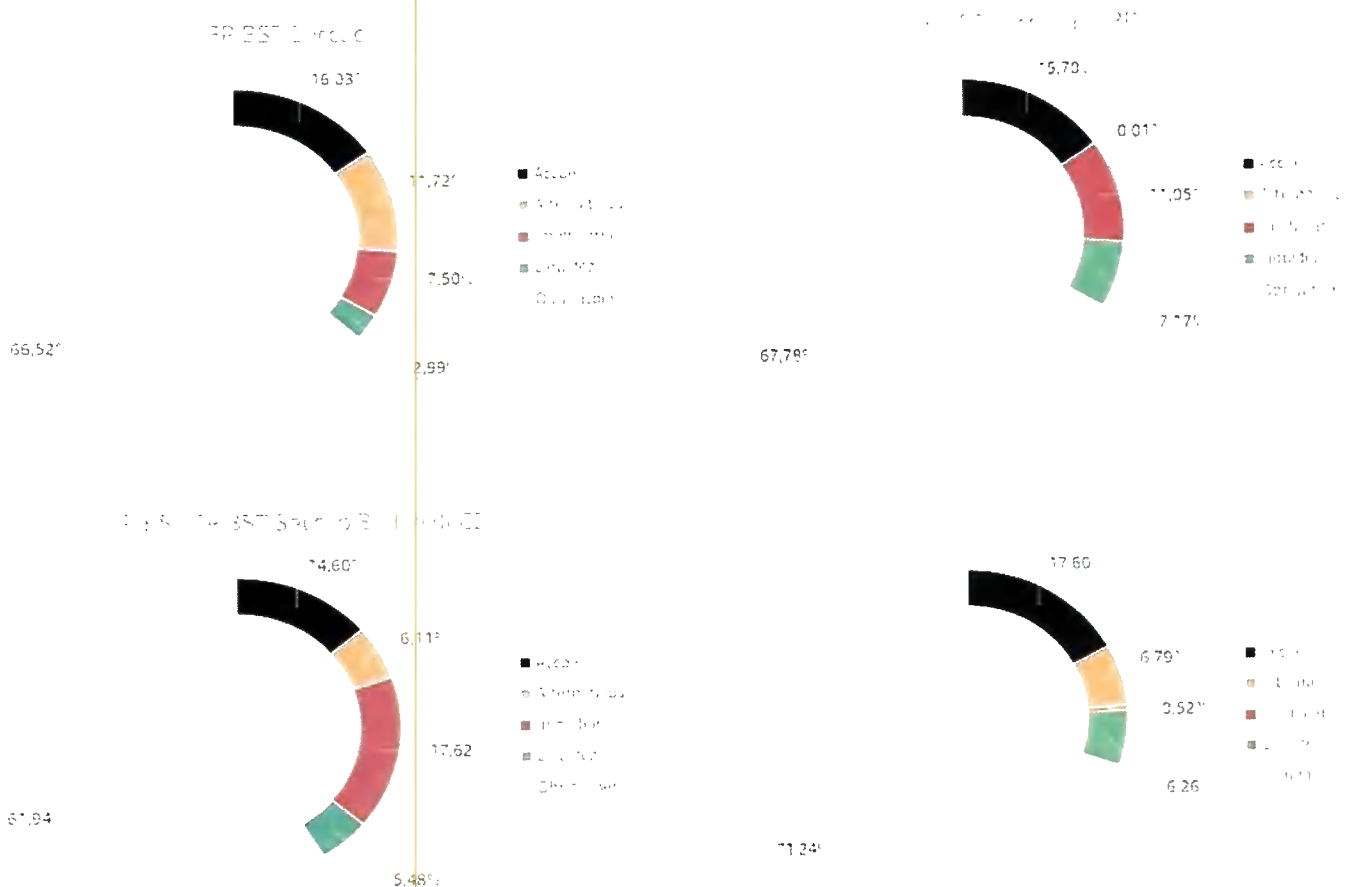


No Fundo de Pensões Banco Santander Totta Contribuição Definida – Secção B – Planos II e III, plano em que as contribuições são previamente definidas (por exemplo: uma percentagem sobre o salário mensal de cada trabalhador), sendo os benefícios determinados em função do montante final acumulado das contribuições entregues e dos respetivos rendimentos, a carteira está representada sobretudo por obrigações (62%) e ativos imobiliários (18%).

Por último, o Fundo de Pensões Banco Santander Totta Benefício Definido – Secção B – Plano I, plano em que os benefícios se encontram previamente definidos (por exemplo: uma percentagem do salário à data da reforma), os ativos predominantes são as obrigações (68%), com cerca de 7% em liquidez e 16% em ações.

O Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa apresentava a sua carteira composta, na sua quase totalidade, por obrigações (71%) e ações (18%).

Abaixo, representação gráfica dos ativos dos dois fundos de pensões e respetiva distribuição por secções:



ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

Em matérias de SFDR, ("Sustainable Finance Disclosure Regulation") a Sociedade prosseguiu com o seu Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, desenvolvendo a estratégia de investimento sustentável e responsável comum ao nível corporativo (Grupo Santander), assente na abordagem da relevância e consideração de aspetos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), enfrentando o desafio cada vez maior quando se fala em reporte de sustentabilidade.

Foram aprovadas versões atualizadas das políticas internas de Investimento Sustentável e de Sustentabilidade, bem como das Política de Voto e de *Engagement*, claramente relacionadas com as estratégias ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Neste âmbito, a Sociedade deu ainda cumprimento às publicações e divulgações exigíveis quanto a transparência dos impactos negativos para a sustentabilidade a nível da entidade.

As equipas envolvidas na implementação do Projeto *Individual Social Responsibility* (ISR) estiveram empenhadas na recolha e tratamento dos dados e informações indispensáveis para instruir a elaboração de todos os documentos de divulgação de informação pré contratual e pós-contratual e ainda informação quanto à integração dos riscos em matéria de sustentabilidade e à consideração dos impactos negativos para a sustentabilidade nos seus processos de decisão de investimento, tal como previsto no Regulamento SFDR de demais regulamentação complementar, sempre com o propósito de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações de divulgação de informação dentro dos prazos legais.

Finalmente, em matérias DORA, com o *deadline* da entrada em vigor da Regulamentação DORA, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro, aplicável a partir de 17 de janeiro de 2025, importou um sério planeamento quanto a trabalhos para a respetiva implementação. Este Regulamento implica a sujeição da Sociedade a requisitos uniformes mais exigentes em matéria de gestão de risco operacional digital, incluindo na gestão, prevenção e reporte de incidentes relacionados com as tecnologias de informação e comunicação (TIC). O impacto do Regulamento DORA envolve matéria de governação e de gestão do risco associado às TIC, sob a responsabilidade expressa do órgão de administração, em particular na necessidade de adaptação de estrutura organizacional no domínio deste risco, incluindo o decorrente da prestação de serviços TIC por terceiros.

Neste âmbito, o plano de implementação do DORA, envolvendo as várias equipas da Santander Asset Management, em paralelo com a Santander Pensões, provocou um especial envolvimento no que respeita à adaptação das respetivas políticas e procedimentos internos, através, designadamente, da implementação de sistemas de monitorização e de minimização do risco relativo às TIC, do registo e reporte de incidentes TIC, identificação e classificação das funções críticas ou importantes, adaptação dos de planos de continuidade de negócio e de recuperação e incremento dos testes periódicos às suas ferramentas e sistemas TIC.

CONTINUIDADE DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Sociedade continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade faz uma análise periódica aos principais riscos existentes no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

Face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito, para além da exposição do Banco Santander Totta - os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. e aos outros créditos a receber, nomeadamente as comissões de gestão dos Fundos de Pensões geridos e ainda não recebidas em 31 de dezembro de 2024, mas que já se encontram pagas à data de emissão deste relatório. Não existe exposição a taxa de juro.

A Sociedade apresenta elevados níveis de liquidez e não tem exposição direta ao risco de mercado. No que se refere ao risco cambial, os ativos e passivos da Sociedade são, exclusivamente, denominados em euros, pelo que a exposição a este risco apenas existe por via indireta, através dos fundos por si geridos.

PERSPETIVAS PARA 2025

Para 2025, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, a atividade de gestão dos dois Fundos de Pensões do Grupo Santander em Portugal.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas, com referência ao exercício de 2024 e que devessem ser registados e/ou divulgados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais uma vez que as registadas cumprem o limite previsto no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 51 125,37 euros seja totalmente transferido para resultados transitados.

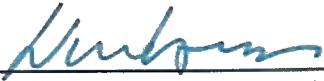
NOTA FINAL

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

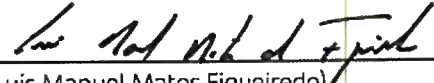
- Ao Banco Santander Totta, S.A., por todo o seu contributo e empenho;
- Ao colaborador da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- À entidade de supervisão, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade e Revisor Oficial de Contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções;
- À Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Lisboa, 20 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



(Nuno Miguel de Oliveira Henriques)



(Luis Manuel Matos Figueiredo)



(Diego Ruiz Reija)



(Maria Tavares Leal)

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024



Santander Pensões

SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos intangíveis	7	-	-
Total do ativo não corrente		-	-
ATIVO CORRENTE			
Outros créditos a receber	8	1 182 336	1 084 077
Caixa e depósitos bancários	4	2 501 296	2 416 402
Total do ativo corrente		3 683 632	3 500 479
Total do ativo		3 683 632	3 500 479
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	11	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados		1 290 052	1 260 450
		2 677 469	2 647 867
Resultado líquido do período		51 125	29 602
Total do capital próprio		2 728 594	2 677 469
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	9	33 100	27 757
Outras dívidas a pagar	10	921 938	795 253
Total do passivo corrente		955 038	823 010
Total do passivo		955 038	823 010
Total do capital próprio e do passivo		3 683 632	3 500 479

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

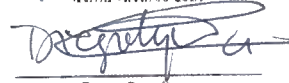

Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Sara Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Maria Tavares Leal


Diogo Rui Z Pereira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	12	2 131 560	2 065 946
Fornecimentos e serviços externos	13	(1 869 788)	(1 813 457)
Gastos com o pessoal	14	(232 501)	(229 794)
Outros gastos	15	(22 691)	(24 730)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 580	(2 035)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 580	(2 035)
Juros e rendimentos similares obtidos	16	88 715	63 386
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		95 295	61 351
Imposto sobre o rendimento do período	17	(44 170)	(31 749)
Resultado líquido do período		51 125	29 602
Resultado por ação básico	18	0,26	0,15

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luís Manuel Matos Figueiredo


Maria Tavares Leal

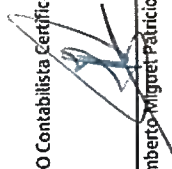

Diego Ruiz Reija

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31/12/2022		1 000 000	200 000	187 417	1 222 793	37 657	2 647 867
Aplicação do resultado de 2022		-	-	-	37 657	(37 657)	-
Resultado líquido do período de 2023		-	-	-	-	29 602	29 602
Saldos em 31/12/2023		1 000 000	200 000	187 417	1 260 450	29 602	2 677 469
Aplicação do resultado de 2023	9	-	-	-	29 602	(29 602)	-
Resultado líquido do período de 2024		-	-	-	-	51 125	51 125
Saldos em 31/12/2024		1 000 000	200 000	187 417	1 290 052	51 125	2 728 594

O Contabilista Certificado



Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Maria Tavares Leal


Diego Ruiz Reja

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 123 741	1 599 692
Pagamentos a fornecedores		(1 777 435)	(1 753 842)
Pagamentos ao pessoal		(218 816)	(196 177)
Caixa gerada pelas operações		127 490	(350 327)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(38 832)	(27 309)
Outros recebimentos/pagamentos		(92 479)	(88 172)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>(3 821)</u>	<u>(465 808)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares	15	88 715	63 386
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>88 715</u>	<u>63 386</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>84 894</u>	<u>(402 422)</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2 416 402	2 818 824
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 501 296	2 416 402

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luís Manuel Matos Figueiredo


Maria Tavares Leal


Diego Ruiz Reija

Anexo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante “Sociedade” ou “Santander Pensões”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de fundos de pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão da Santander AM Holding, S.L., por incorporação, no Banco Santander S.A., pelo que, a partir dessa data, a Sociedade passou a ser detida diretamente pelo Banco Santander S.A. em Espanha.

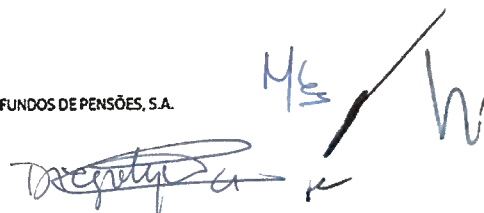
A Sociedade é responsável pela gestão do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa (adiante “FP BST” e “FP ARE”, respetivamente). Em 26 de Outubro de 2022, em adição aos dois fundos referidos anteriormente e por esta geridos, a Sociedade integrou a gestão do Fundo de Pensões BANIF (“FP BANIF”), após aprovações regulatórias. Este processo encontrava-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, S.A., a Oitante, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A. (“BST”), em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do FP BANIF para a Santander Pensões.

De referir que, em 31 de outubro de 2023, ocorreu a extinção do FP BANIF com a fusão no FP BST. O FP BST passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo BD Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo CD Secção B.

Em resumo:

PLANO DE PENSÕES	FUNDO DE PENSÕES DO BANCO SANTANDER TOTTA
Plano de pensões BST	Secção A
Plano de pensões I BANIF	Subfundo BD (Secção B)
Plano de pensões II BANIF	Subfundo CD (Secção B)
Plano de pensões III BANIF	

Em 31 de dezembro de 2024, a Santander Pensões gere os dois fundos de Pensões, repartidos pelos Planos acima referidos.



As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 fevereiro de 2025, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas do SNC aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos e passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos e passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023.

Mks
h
D. Gregório

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a software e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos que se considera refletir de forma adequada o período de vida útil do ativo. No exercício de 2022, este ativo ficou totalmente amortizado.

3.3. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros (diferenças temporárias), bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

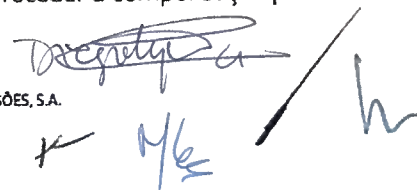
Os impostos diferidos decorrem das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.



Pilar Dois

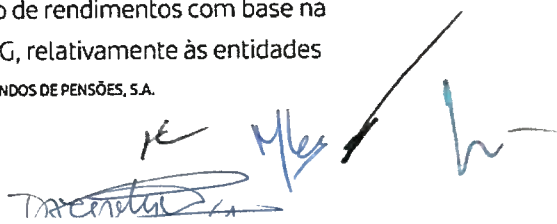
- Imposto corrente

A Sociedade qualifica como entidade constituinte do Grupo Santander ("Grupo"), um grupo multinacional, o qual apresentou rendimentos anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros nas Demonstrações Financeiras consolidadas da sua entidade-mãe final em, pelo menos, dois dos quatro exercícios fiscais imediatamente anteriores. Desta forma, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, ("Lei"), a Sociedade encontra-se sujeita ao regime de tributação mínima global, implementado na União Europeia através da Directiva UE n.º 2022/2523, de 15 de dezembro, Diretiva Pilar Dois, no seguimento das regras-modelo consensualizadas ao nível da OCDE e do Quadro Inclusivo do G20, e transposto para a legislação portuguesa por via da referida Lei, produzindo efeitos para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.

Nos termos do Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG), publicado em anexo à referida Lei, a Sociedade poderá ser responsável pelo pagamento de um imposto complementar, caso o Grupo apure uma taxa de imposto efetiva em Portugal, calculada nos termos das regras Pilar Dois, inferior à taxa mínima de 15% prevista pelo regime. Nesses casos, o montante de imposto imputável à Sociedade é determinado nos termos do artigo 23.º do RIMG.

A legislação aprovada prevê um conjunto de disposições de salvaguarda, aplicáveis durante os 3 primeiros exercícios (2024 – 2026), que visam minimizar o esforço administrativo dos grupos multinacionais com a aplicação das regras Pilar Dois. Nos termos destas disposições de salvaguarda, previstas no artigo 4.º da Lei, e baseadas na declaração de informação financeira e fiscal (também designada *Country-by-Country Report – CbCR*) prevista no artigo 121.º-A do Código do IRC, o imposto complementar Pilar Dois devido em Portugal poderá ser considerado zero, mediante a verificação de pelo menos um dos seguintes testes:

- Teste de *minimis*: o Grupo declara, na sua declaração de informação financeira e fiscal relativa ao exercício fiscal em causa, tendo por base as suas demonstrações financeiras qualificadas, um montante total de rendimentos em Portugal inferior a 10 milhões de euros e um resultado antes do imposto sobre o rendimento em Portugal inferior a 1 milhão de euros;
- Teste da taxa de imposto efetiva simplificada: a taxa de imposto efetiva simplificada apurada pelo Grupo para Portugal é de, pelo menos, 15% para 2024 (16% para 2025, 17% para 2026). A taxa de imposto efetiva simplificada é dada pelo resultado da divisão do montante correspondente ao agregado dos impostos sobre o rendimento simplificados das entidades constituintes do Grupo que sejam consideradas residentes em Portugal pelo agregado do resultado antes do imposto sobre o rendimento em Portugal que tenha sido declarado relativamente a estas na declaração de informação financeira e fiscal do Grupo;
- Teste dos lucros considerados habituais: o resultado antes de imposto do Grupo em Portugal seja igual ou inferior ao montante da exclusão de rendimentos com base na substância calculada nos termos do artigo 24.º do RIMG, relativamente às entidades



constituintes que sejam consideradas residentes em Portugal para efeitos da declaração de informação financeira e fiscal do Grupo.

Assim, caso pelo menos um destes testes se verifique a respeito de um dos exercícios do período transitório, não haverá lugar ao apuramento de imposto complementar para as empresas constituintes em Portugal relativamente a esse exercício. Porém, caso nenhum destes testes seja cumprido a respeito de determinado exercício em Portugal, o Grupo deixará de poder beneficiar destas disposições de salvaguarda transitórias em Portugal nos exercícios subsequentes.

O apuramento das eventuais responsabilidades com este imposto complementar para o exercício de 2024 foi efetuado com base nas regras de cálculo da legislação Pilar Dois, atendendo às disposições de salvaguarda transitórias anteriormente descritas e aos julgamentos efetuados pela gestão, conforme divulgado na Nota 17.

O imposto apurado no âmbito da legislação Pilar Dois qualifica como imposto sobre o rendimento à luz da NCRF 25 e é registado na Demonstração dos resultados na rubrica de "Imposto sobre o rendimento do período" por contrapartida da rubrica de "Estado e outros entes públicos - passivo" no Balanço.

- Imposto diferido

A Sociedade aplica a exceção temporária prevista na NCRF25 para o reconhecimento e divulgação de informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento resultantes do RIMG.

3.4. Instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento original inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado, entendendo a Sociedade que não existem diferenças materialmente relevantes para o respetivo justo valor.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos/contratos de gestão dos Fundos de Pensões sobre o valor da média aritmética das valorizações da carteira no último dia de cada mês do trimestre.



Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos fundos de pensões por si geridos são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo BD Secção B (Plano I BANIF)	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo CD Secção B (Planos II e III BANIF)	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%	0,21%

Exclusivamente no que respeita ao subfundo CD, secção B, afeto aos Planos II e III BANIF, e a título de remuneração pelas atividades e tarefas de gestão administrativa, será ainda devida à Sociedade, uma comissão calculada nos seguintes termos:

- a) 0,22% calculada sobre o valor da carteira do FP BST CD Secção B (Planos II e III), no final de cada mês e será cobrada pela Sociedade nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeite;
- b) 0,25% sobre o valor das transferências e reembolsos efetuados, com um montante máximo de 25 euros por operação.

Por transferências e reembolsos efetuados, entende-se a entrega de um montante determinado em função das contribuições executadas pelos participantes, em caso de desemprego de longa duração, doença grave ou incapacidade permanente para o trabalho. O reembolso previsto não pode ser efetuado sob a forma de renda ou capital.

3.6. Comissões a pagar

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou, com a Santander Asset Management – SGOIC, S.A. ("SAM" ou "Santander Asset Management"), um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos dois fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM, correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos dos fundos de pensões no último dia de cada mês do trimestre ("comissões de gestão"). Em 26 outubro de 2022, no momento do início de gestão do FP BANIF pela Sociedade, o referido contrato foi atualizado com o objetivo de incluir este fundo no plano de prestação dos referidos serviços, replicando a taxa de comissão aplicada. Esta comissão é cobrada trimestralmente.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos Fundos de Pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("comissão adicional").

Handwritten signatures and initials:
A large signature in blue ink is present at the bottom right, with the initials "M/S" written above it. To the right of the signature, there is a handwritten letter "h".

A Sociedade celebrou um contrato de prestação de serviços de gestão administrativa referente ao FP BST – subfundo CD, secção B com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("STS"), do qual resulta uma remuneração paga pela Sociedade de 0,18% calculada sobre o valor da carteira do referido Planos de subfundo, no final de cada mês. Este valor é cobrado pela STS nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeita. Esta comissão é devida pelas atividades e tarefas de gestão administrativa executadas pela STS.

3.7. Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertas. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

3.8. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber" (Nota 8) ou em "Outras dívidas a pagar" (Nota 10).

3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 18).

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (eventos não ajustáveis ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

- Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.4 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Totta, S.A.	2 501 296	2 416 402
	<u>2 501 296</u>	<u>2 416 402</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

A conta de depósitos à ordem encontra-se a ser remunerada à taxa €STR - 0,75% com floor zero (ver nota 17).

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2024 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e nas estimativas.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A.. São consideradas partes relacionadas, para além do acionista, as empresas do Grupo Santander e os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade e/ou do acionista e respetivos membros íntimos da família, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2024, os membros do Conselho de Administração são conforme segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luis Manuel Matos Figueiredo – Administrador executivo;
- Diego Ruiz Reija – Administrador não executivo;
- Maria Tavares Leal – Administrador não executivo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 142 629 euros e 141 445 euros, respetivamente (Nota 14).

6.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:



		31/12/2024						
		Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Totta Seguros	Santander Asset Management	Gesban	Total
Balanco								
Ativo								
	Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 501 296	-	-	-	-	-	2 501 296
	Outros créditos a receber (Nota 8)	-	1 181 189	1 133	14	-	-	1 182 336
Total		2 501 296	1 181 189	1 133	14	-	-	3 683 632
Passivo								
	Outras dívidas a pagar (Nota 10)	10 177	-	-	117 627	603 164	-	730 968
Total		10 177	-	-	117 627	603 164	-	730 968
Demonstração de Resultados								
Rendimentos e gastos								
	Serviços prestados (Nota 12)	-	2 127 771	2 194	1 595	-	-	2 131 560
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 13)	-	-	-	55 078	1 714 453	35 917	1 805 448
	Gastos com o pessoal (Nota 14)	55 051	-	-	-	88 603	-	143 654
Total		55 051	2 127 771	2 194	56 673	1 803 056	35 917	4 080 662

		31/12/2023						
		Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Totta Seguros	Santander Asset Management	Gesban	Total
Balanco								
Ativo								
	Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 416 402	-	-	-	-	-	2 416 402
	Outros créditos a receber (Nota 8)	-	1 083 055	1 008	14	-	-	1 084 077
Total		2 416 402	1 083 055	1 008	14	-	-	3 500 479
Passivo								
	Outras dívidas a pagar (Nota 10)	(11 704)	-	-	(62 550)	(557 382)	-	(631 636)
Total		2 404 698	1 083 055	1 008	(62 536)	(557 382)	-	2 868 843
Demonstração de Resultados								
Rendimentos e gastos								
	Serviços prestados (Nota 12)	-	2 063 962	1 984	-	-	-	2 065 946
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 13)	-	-	-	-	(1 640 207)	(34 804)	(1 675 011)
	Gastos com o pessoal (Nota 14)	(54 858)	-	-	-	(83 584)	-	(138 442)
Total		(54 858)	2 063 962	1 984	-	(1 723 791)	(34 804)	252 493

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2024, o imobilizado incorpóreo estava totalmente amortizado:

Saldos em 31/12/2023			Alienações			Saldos em 31/12/2024		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-

Saldos em 31/12/2022			Alienações			Saldos em 31/12/2023		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-

Handwritten signatures and initials:
 Decretos
 M. G. S.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Comissões de gestão		
Fundo de Pensões BST	1 181 189	1 083 055
Fundo de Pensões ARE	1 133	1 008
	<u>1 182 322</u>	<u>1 084 063</u>
Outras contas a receber		
Santander Asset Management - Remuneração	-	-
Santander Totta Seguros - PIR 2022	14	14
	<u>14</u>	<u>14</u>
	<u>1 182 336</u>	<u>1 084 077</u>

Os saldos a receber divulgados resultam do acréscimo das comissões de gestão dos Fundos de Pensões relativas aos dois últimos trimestres do exercício de 2024.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	(32 635)	-	(27 297)
	<u>-</u>	<u>(32 635)</u>	<u>-</u>	<u>(27 297)</u>
Setor Público Estatal				
Imposto Selo	-	(4)	-	1
Segurança Social	-	(461)	-	(461)
	<u>-</u>	<u>(465)</u>	<u>-</u>	<u>(460)</u>

10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	379 304	361 730
Comissão adicional	216 241	188 784
Comissão a pagar à STS	117 627	62 549
Serviços obtidos e não faturados	58 992	51 895
Remuneração fixa	17 797	15 628
Remuneração variável	131 978	114 667
	<u>921 938</u>	<u>795 253</u>

Em 31 de dezembro de 2024 encontrava-se por pagar o último trimestre das comissões de gestão e a comissão adicional relativas ao exercício de 2024. Estava também pendente de liquidar à STS a comissão referente a todo o exercício, bem como ao exercício anterior, porque o serviço ainda não foi formalizado contratualmente.

A rubrica "Remuneração fixa" apresenta o acréscimo da remuneração da administração relativa ao mês de dezembro. O custo com estas remunerações é suportado pela Santander Asset Management e, posteriormente, faturado à Sociedade.

A rubrica "Remuneração variável" refere-se à estimativa dos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho no exercício de 2024, adicionados dos valores a pagar de anos anteriores e diferidos por três anos, num total de 131 978 euros. Inclui também a remuneração variável do colaborador cedido pelo BST à Sociedade (Nota 14).

Os valores por serviços obtidos e não remunerados dizem respeito a estimativas por custos de auditoria e consultoria fiscal.

11. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Sociedade estava representado por 200 000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de

prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2024 e 2023 as reservas legais são 20% do capital social da Sociedade.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de março de 2024, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2023, no montante de 29 602,01 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2025, foi proposto, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido do exercício de 2024, no montante de 51 125,37 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

12. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	2 127 771	2 063 961
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	2 194	1 984
Outras comissões	1 595	-
	<u>2 131 560</u>	<u>2 065 946</u>

A repartição da comissão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta pelos três subfundos em 2024 é a seguinte:

FP BST Subfundo Secção A	1 782 231
FP BST Subfundo CD Secção B	103 605
FP BST Subfundo BD Secção B	241 935
	<u>2 127 771</u>

As outras comissões referem-se à comissão recebida de 2% sobre as contribuições da STS, da Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. e da Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A. para o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, do qual são Associados, relativa ao Plano Individual de Reforma ("PIR") dos colaboradores.

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões	1 714 452	1 640 207
Contabilidade	35 917	34 804
Auditoria, consultoria e outros serviços	44 535	52 064
Outros trabalhos especializados	74 804	86 302
Outros	80	80
	<u>1 869 788</u>	<u>1 813 457</u>

Nos exercícios de 2024 e 2023, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales S.A., Sucursal em Portugal ("Gesban PT").

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda para os exercícios de 2024 e 2023, detalham-se como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Revisão legal das contas anuais (i)	17 390	16 900
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	13 720	13 300
	<u>31 110</u>	<u>30 200</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

14. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Gastos com o pessoal" é detalhada como se segue:

	2024	2023
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração fixa	74 949	69 445
Órgãos de gestão - Remuneração variável	67 680	72 000
Órgão de fiscalização	18 560	18 560
Colaboradores cedidos	33 890	29 648
Outros benefícios	12 052	14 984
Encargos sociais	25 370	25 158
	232 501	229 794

A Sociedade recorre a 1 colaborador cedido pelo Banco Santander Totta.

A variação nas remunerações resulta, essencialmente, do aumento da remuneração fixa dos administradores.

Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2024		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsenio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		18 560
2023		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsenio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		18 560

Órgãos de Gestão

Em 31 de dezembro 2024, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como indicados na Nota 6.2.

Em 2024 e 2023, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração detalham-se conforme se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração fixa:		
Nuno Henriques	46 174	41 051
Luis Figueiredo	28 775	28 394
	<u>74 949</u>	<u>69 445</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2024 e 2023.

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2024 tinha a seguinte desagregação:

	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Pecuniário (euros)</u>	<u>Ações (euros)</u>
Remuneração variável:		
Estimado em 2024 a pagar em 2025, 2026, 2027 e 2028		
Nuno Henriques	22 560	22 560
Luis Figueiredo	11 280	11 280
	<u>33 840</u>	<u>33 840</u>
Atribuída em anos anteriores e a pagar em 2025, 2026 e 2027		
José Neves	933	1 394
Nuno Henriques	17 013	25 432
Luis Figueiredo	6 776	10 808
	<u>24 722</u>	<u>37 634</u>
Valores a pagar em anos seguintes	<u>58 562</u>	<u>71 474</u>
Atribuída em 2023 e paga no ano 2024		
Nuno Henriques	14 400	14 400
Luis Figueiredo	7 560	7 560
	<u>21 960</u>	<u>21 960</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano 2024		
José Neves	933	933
Nuno Henriques	4 533	4 533
Luis Figueiredo	1 170	1 170
	<u>6 636</u>	<u>6 636</u>
Valores pagos no ano 2024	<u>28 596</u>	<u>28 596</u>

O emitente das ações atribuídas aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é o Banco Santander S.A. (Espanha).

A política de remunerações da Sociedade prevê a possibilidade de, através dos seus órgãos competentes, decidir pelo não diferimento da remuneração variável quando este valor total não seja superior a 50 000 euros.

15. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outros gastos:		
Quotizações	10 187	9 784
Outros	12 504	14 946
	<u>22 691</u>	<u>24 730</u>

Em "Outros" está considerado o ajuste mensal no valor da ação associada à remuneração variável.

16. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos a ordem	88 715	63 386
	<u>88 715</u>	<u>63 386</u>

De referir que, a partir de 2023, as contas de depósitos à ordem da Sociedade passaram a ser remuneradas pelo Banco Santander Totta, nas seguintes condições: STR-0,75% com floor zero, para a moeda euro, mantendo-se as condições para 2024.

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para os exercícios de 2024 e 2023 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Menor do que 1.500.000 euros	0%
- Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros	3%
- Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros	5%
- Maior do que 35.000.000 euros	9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes de impostos	95 295	61 351
Valores a acrescentar /(deduzir)	<u>(4 263)</u>	<u>(3 537)</u>
Lucro tributável	<u>91 032</u>	<u>57 814</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto (21%)	(19 117)	(12 141)
Derramas (1,5%)	(1 365)	(867)
Tributação autónoma	<u>(23 688)</u>	<u>(25 200)</u>
Imposto corrente	<u>(44 170)</u>	<u>(38 208)</u>
Excesso /(insuficiência) de IRC relativo a anos anteriores	-	6 459
Imposto diferido	-	-
Imposto complementar	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	(44 170)	(31 749)
Carga fiscal	<u>46,35%</u>	<u>51,75%</u>
Carga Fiscal já paga / a pagar		
Pagamento por conta	(11 535)	(10 911)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber) (Nota 9)	32 635	27 297

- Imposto complementar

Conforme referido na Nota 3.3, a Sociedade, enquanto constituinte do Grupo Santander, cumpre com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras Pilar Dois, nomeadamente por o Grupo apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750 milhões de euros nos últimos dois dos últimos quatro exercícios fiscais imediatamente anteriores ao da aplicação do RIMG.

Neste entendimento, o Grupo Santander em Portugal tem vindo a desenvolver esforços de forma a mitigar os potenciais impactos associados à implementação do RIMG. Assim, e na sequência de outros testes realizados anteriormente, foi desenvolvido um *assessment* com base na informação financeira e fiscal mais recente e disponível à data de preparação das demonstrações financeiras da Sociedade (dados da declaração de informação financeira e fiscal de 2023), de forma a validar se, relativamente a Portugal, o Grupo poderia beneficiar da disposição de salvaguarda transitória (para 2024) com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição, que pressupõe que o imposto complementar devido seja igual a zero, pelo cumprimento de pelo menos um dos testes previstos no RIMG.

Com base nos dados da declaração de informação financeira e fiscal de Portugal de 2023 e tendo em conta os dados exigidos para aplicação da salvaguarda, foi possível confirmar a existência das condições necessárias para o cumprimento favorável de um dos testes previstos para o efeito, no caso o teste da taxa de imposto efetiva simplificada.

Os resultados obtidos no assessment demonstram que em Portugal, o Grupo Santander apura uma taxa de tributação efetiva simplificada (29,32%) de valor superior ao da taxa de transição, que, para o exercício fiscal de 2024, é de 15%, através da aplicação da condição: Imposto abrangido simplificado/RAI \geq Taxa transitória (15%). Refira-se que estas conclusões são consistentes com os resultados obtidos preliminarmente através de cálculos efetuados para os quatro exercícios imediatamente anteriores.

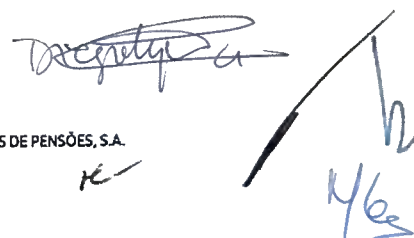
Pelo exposto acima relativo ao cumprimento das disposições de salvaguarda de Country-by-Country Report ("CbCr") transitórias, que vigoram até 2026, a Sociedade não antecipa, à luz da informação disponível e dos factos conhecidos à data, a incidência de qualquer impacto em 2024 derivado da aplicação das regras Pilar Dois em Portugal, não dando assim lugar a qualquer montante de imposto complementar.

18. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinado conforme se segue:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	51 125	29 602
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 11)	200 000	200 000
Resultado básico por ação	0,26	0,15

O resultado por ação básico é coincidente com o diluído, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.



19. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

Ativos sob gestão de Fundos de Pensões	Valor patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	1 014 231 097	1 005 514 211
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Contribuição Definida Secção B (i)	25 917 532	24 117 131
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Benefício Definido Secção B (ii)	137 401 060	124 933 414
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 149 206	1 016 188
	<u>1 178 698 895</u>	<u>1 155 580 944</u>

(i) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Planos II e III (Contribuição Definida)

(ii) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Plano I (Benefício Definido)

Em 31 de dezembro de 2024, os níveis de cobertura de responsabilidades por serviços passados no Fundo de Pensões Banco Santander Totta, secção A, Banco Santander Totta, secção B e no Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa são de 104%, 102% e de 489%, respetivamente.

Em 2024 foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta no montante de 2 626 407 euros pelo Associado Banco Santander Totta, S.A., nos Subfundos Secção A e Benefício Definido, Secção B.

20. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2024				Valor de balanço total
	Técnicas de valorização - Justo valor			Custo amortizado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos bancários (Nota 4)	-	-	-	2 501 296	2 501 296
Outros créditos a receber (Nota 8)	-	-	-	14	14
	-	-	-	2 501 310	2 501 310

	31/12/2023				Valor de balanço total
	Técnicas de valorização - Justo valor			Custo amortizado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos bancários (Nota 4)	-	-	-	2 416 402	2 416 402
Outros créditos a receber (Nota 8)	-	-	-	14	14
	-	-	-	2 416 416	2 416 416

Conforme referido na Nota 3.4, a Sociedade estima que o custo amortizado dos depósitos bancários e dos outros créditos a receber não seja materialmente distinto do respetivo justo valor.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não detinha instrumentos financeiros registados do justo valor. A forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue, agrupando os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados inputs não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que a sua atividade se resume à gestão de fundos de pensões. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem domiciliados no Banco Santander Totta (Nota 4) e aos outros créditos a receber, como sejam as comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas em 31 de dezembro.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a financiamento.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" ascendia a 2 501 296 euros e a 2 416 402 euros, respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria na conta de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta, sendo remunerada a taxas de mercado (Nota 4).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial, tendo em atenção que os ativos e passivos se encontram denominados em euros. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e contas a receber denominados em euros.

21. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2024 e 2023 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

22. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, artigos 97º e 98º, a Sociedade cumpre com a margem de solvência, apresentando um rácio muito superior ao definido.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes, posteriores a 31 de dezembro de 2024, que afetem as presentes demonstrações financeiras e que devessem ser registados e/ou divulgados.

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patricio Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Maria Tavares Leal


Diego Ruiz Reija



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 3.683.632 euros e um total de capital próprio de 2.728.594 euros, incluindo um resultado líquido de 51.125 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos fundos de pensões (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocId: Njc3YzYwNmJlNGJkY2Y3OTczMDYyZDRjDEyNjA0NzA2NzU3Mzc5NDU2MTUyIENMOw==

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a

capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

20 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Signed by:

CD9EB4CC1C6749C...

Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952
Registado na CMVM com o n.º 20160569

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Ao Acionista da
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

1. Relatório

1.1. Introdução

Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.2. Fiscalização

No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Acompanhámos preliminarmente as contas, os resultados e o resumo da atividade desenvolvida pela Sociedade no final dos meses de março, maio e setembro de 2024, bem como os Relatórios sobre os Resultados das atividades de Controlo da Função de Cumprimento e da Função de Gestão de Riscos com referência aos 2º e 4º trimestres de 2024.

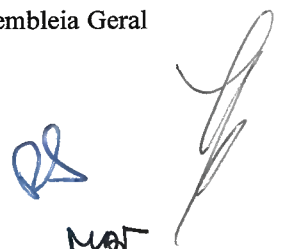
Procedemos à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano de 2024, bem como à análise de informação diversa considerada relevante para efeitos da emissão do presente Relatório e Parecer.

Tomámos conhecimento dos Relatórios de Auditoria, emitidos em 17 de fevereiro de 2025 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade na modalidade de opinião sem reservas no Fundo de Pensões do Banco Santander Totta e no Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresas, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e cujos conteúdos damos aqui como integralmente reproduzidos.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida, em 20 de fevereiro de 2025, na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.

2. Parecer

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:



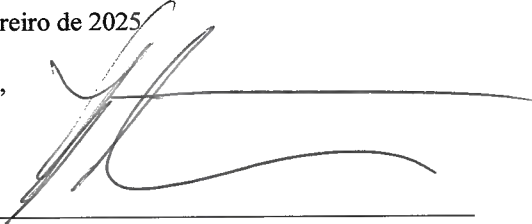
Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first is a blue ink signature, and the second is a black ink signature. Below the black ink signature, the letters 'MOT' are written in black ink.

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025

O Conselho Fiscal,



José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

(Presidente)

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)

Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

(Vogal)